

**PROJETO DE LEI Nº 065 /2025**

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS DE NOMES DE RUAS, AVENIDAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA – MT, INCLUSIVE MEDIANTE PARCERIAS COM EMPRESAS PRIVADAS, ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO OU ENTIDADES CIVIS, OBSERVADAS AS NORMAS DE INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTORIA:** Francisco Ramos da Silva “Chicão Motocross”

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Valdemar Gamba, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no Município de Alta Floresta, a padronização das placas indicativas de nomes de ruas, avenidas e logradouros públicos, com a obrigatoriedade de sua instalação e substituição sempre que necessário, garantindo a legibilidade, integridade e visibilidade das mesmas em todas as vias públicas.

*Paragrafo. Único.* O Poder Executivo poderá adotar, mediante regulamento, as medidas necessárias para viabilizar a implantação, substituição e manutenção das placas padronizadas, inclusive mediante parcerias com empresas privadas, associações de bairro ou entidades civis, observadas as normas de interesse público.

**Art. 2º** As placas indicativas deverão conter, obrigatoriamente:

- I - o nome oficial do logradouro, conforme cadastro da Secretaria Municipal competente;
- II - a denominação do bairro;
- III - o Código de Endereçamento Postal (CEP);
- IV - espaço reservado para mensagens de utilidade pública ou publicidade, desde que regulamentado pelo Executivo; e
- V - padrões de cores, dimensões e tipografia definidos pelo Executivo, observando uniformidade e legibilidade.

**Art. 3º** As placas e suportes deverão atender às seguintes especificações mínimas:

- I - Poste de sustentação: tubo metálico galvanizado, espessura mínima de 3mm, altura entre 1,7m e 2,7m, com pintura eletrostática anticorrosiva;



II - Placa indicativa: chapa metálica galvanizada, espessura mínima de 2mm, medidas mínimas 50cm x 25cm, com cores de fundo e letras refletivas a serem definidos em regulamento pelo executivo municipal;

III - Fixação: braçadeiras metálicas galvanizadas, parafusos e porcas com acabamento anticorrosivo;

IV - Durabilidade: mínima de 5 (cinco) anos contra intempéries; e

V - Vedação: Para garantir a padronização, fica vedado o uso de estruturas de madeira ou material inferior à especificação mínima definida nesta Lei.

**Art. 4º** As placas deverão ser instaladas:

I - em ambos os lados das esquinas das vias públicas;

II - a cada 400 metros em vias extensas sem cruzamento;

III - em áreas com histórico de vandalismo ou acidentes, podendo ser reforçada a base de sustentação.

**Art. 5º** As placas indicativas já instaladas permanecerão em uso enquanto estiverem em boas condições de legibilidade, integridade e visibilidade, devendo ser **substituídas conforme os padrões definidos nesta Lei sempre que houver necessidade** de reposição, dano, desgaste ou atualização.

As **novas placas a serem instaladas** deverão obrigatoriamente seguir os **padrões técnicos e visuais estabelecidos nesta Lei** e em seu regulamento, garantindo uniformidade em todo o território do Município.

**Parágrafo único.** Caberá ao Poder Executivo Municipal, por meio de regulamento, indicar o órgão ou secretaria competente para a instalação, manutenção, substituição e recuperação das placas, assegurando, em todos os casos, a legibilidade, a integridade e a conformidade com os padrões estabelecidos nesta Lei. A manutenção contínua das placas, bem como a substituição em caso de dano, ficará sob responsabilidade do Poder Executivo, podendo ser realizada diretamente ou por meio de parceiros contratados, conforme dispuser o regulamento.

**Art. 6º** O Poder Executivo poderá, mediante regulamento, adotar medidas para viabilizar a implantação, substituição e manutenção das placas, incluindo:

I - Firmar parcerias com empresas privadas, associações de bairro ou entidades civis;

II - Permitir exploração publicitária em espaço previamente definido nas placas, de acordo com padrões e normas estabelecidos pelo Executivo; e

III - Celebrar convênios ou termos de cooperação com órgãos públicos ou entidades comunitárias, visando ampliar a manutenção e reposição das placas.

**Parágrafo único.** Em caso de dano causado por acidente de trânsito ou ação de terceiros, os responsáveis deverão ressarcir integralmente os custos da placa e da reinstalação.





**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, definindo:

- I – dimensões, cores e tipografia das placas;
- II – padrões de instalação e manutenção;
- III – regras para parcerias, convênios e exploração de publicidade; e
- IV – prazos de substituição e manutenção.

**Art. 8º** Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio do órgão ou secretaria que vier a ser designado em regulamento, disponibilizar um canal oficial de comunicação, por meio eletrônico (site, aplicativo ou telefone), destinado ao recebimento de solicitações da população referentes à manutenção, reparo ou substituição de placas de identificação de vias públicas.

*Parágrafo único.* O canal deverá possibilitar o registo do pedido, a emissão de número de protocolo e o acompanhamento da demanda pelo solicitante, assegurando transparência e celeridade no atendimento.

**Art. 9º** Após o recebimento da solicitação, o órgão ou secretaria responsável terá o prazo máximo de até 6 (seis) meses para realizar a manutenção ou substituição da placa, podendo este prazo ser prorrogado, de forma justificada, por igual período.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário “Vereador Arnaldo Corcino da Rocha”.  
Alta Floresta - MT, 17 de outubro de 2025.

  
**Vereador Francisco Ramos da Silva**  
“Chicão Motocross”



## JUSTIFICATIVA

A adequada identificação das vias públicas é elemento fundamental para a organização urbana, a mobilidade e a prestação eficiente de serviços. Placas de ruas, avenidas e logradouros garantem não apenas a valorização dos bairros, mas também maior segurança e qualidade de vida à população.

A ausência de placas ou a presença de sinalizações danificadas ou ilegíveis gera inúmeros transtornos, como a dificuldade no atendimento a ocorrências emergenciais, atrasos em entregas, obstáculos à prestação de serviços públicos e privados, além da desvalorização do espaço urbano.

O presente projeto busca solucionar essas deficiências por meio de:

- **Padronização visual e estrutural** das placas, assegurando legibilidade, durabilidade e uniformidade em toda a cidade;
- **Substituição e manutenção contínuas**, sempre que necessário, preservando a integridade e a utilidade da sinalização;
- **Flexibilidade administrativa**, permitindo que o Poder Executivo defina, por regulamento, o custeio, as formas de manutenção e a possibilidade de celebração de parcerias com a iniciativa privada, associações ou entidades civis;
- **Segurança jurídica**, uma vez que a proposta não cria fundos, taxas ou encargos específicos, respeitando a competência do Executivo e evitando vícios de iniciativa.

Assim, trata-se de medida simples, eficiente e de baixo impacto financeiro, mas de grande relevância social, capaz de melhorar a mobilidade urbana, a segurança da população e a valorização dos bairros de Alta Floresta.

Diante do exposto, contamos com o apoio de todos nobres parlamentares, para a aprovação deste Projeto de Lei, em benefício de toda a população de Alta Floresta.

Plenário "Vereador Arnaldo Corcino da Rocha".  
Alta Floresta - MT, 17 de outubro de 2025

  
**Vereador Francisco Ramos da Silva**  
"Chicão Motocross"